

Museu de Arte de
São Paulo Assis
Chateaubriand -
MASP

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

O ano de 2023 foi dedicado às Histórias Indígenas, apresentado novas narrativas visuais, mais inclusivas, diversas e plurais sobre as histórias indígenas. A programação incluiu uma grande exposição coletiva, também intitulada *Histórias indígenas*, assim como exposições individuais de Carmésia Emiliano, MAHKU (Movimento dos Artistas Huni Kuin), Paul Gauguin, Sheroanawe Hakihiiwe e Melissa Cody, além de uma exposição dedicada às cerâmicas e metais pré-colombianos pertencentes ao Comodato MASP Landmann. No segundo andar do museu, seguiu em exposição a mostra de longa duração Acervo em transformação.

Ao longo de 2023, o MASP recebeu 530.235 visitantes, o que representou um crescimento de 21% em relação ao ano anterior. Do total, 56% dos visitantes, ou 297.841 pessoas, tiveram entrada gratuita, concedida às terças-feiras para todos os públicos e, nos outros dias, para estudantes de escolas públicas, professores e crianças de até 10 anos, pessoas com deficiência e acompanhantes, bem como para os participantes de atividades relacionadas aos programas públicos do museu.

O ano de 2024 também se destacou pela forte presença internacional do MASP. A itinerância da exposição Afro-Atlantic Histories seguiu em viagem pelos Estados Unidos. Depois de passar pelo *Museum of Fine Arts*, Huston (MFAH) e pela *National Gallery of Washington* (NGA) durante os anos de 2021 e 2022, a exposição esteve em cartaz no LACMA em 2023 (*Los Angeles County Museum of Art*) durante 9 meses, até chegar ao seu último destino, o *Dallas Museum of Art* (DMA), em outubro de 2023.

Ainda sobre as parcerias internacionais, a exposição coletiva Histórias Indígenas foi organizada em parceria o *Kode Bergen Art Museum* (Bergen, Noruega), para onde viajará em itinerância no ano de 2024, após o seu encerramento no MASP. De forma similar, a exposição Melissa Cody: céus tramados foi organizada em parceria com o *MoMA PSI* (Nova York, EUA), para onde também seguirá em itinerância em 2024.

Dentre as premiações recebidas em 2023, a exposição *Histórias indígenas* foi apontada como uma das 10 exposições a serem vistas pela ArtReview, enquanto as exposições de anos anteriores *Tarsila popular* e *Judith Lauand: desvio concreto* foram premiadas nas categorias ‘Melhor Exposição’ pelo Prêmio ABCA 2023 e ‘Percurso Visual (Artes Visuais)’ pelo Prêmio APCA 2023, respectivamente.

O MASP deu continuidade aos esforços para a expansão de suas fontes de receita não incentivadas, incluindo receitas operacionais e doações de pessoas físicas e jurídicas, que cresceram 49% e 21% em relação a 2022, respectivamente. Ao mesmo tempo, a captação de recursos junto à programas de incentivo também foi normalizada ao longo do ano. Ambos os esforços foram de fundamental importância para garantir a consecução de uma robusta agenda cultural em 2023, mantendo o equilíbrio orçamentário e a saúde financeira da instituição.

As ações para adequação do edifício do MASP às normas de segurança contra incêndio, que compreenderam a execução das etapas de Compartimentação Horizontal, Restauro e instalação de Caixilhos de Tombar nas fachadas, Compartimentação Vertical, reversão do sistema de ar condicionado para Extração de Fumaça e Automação, foram concluídas pelo MASP, seguindo o cronograma acordado entre o MASP, o Ministério Público e a Prefeitura de São Paulo. A intervenção foi custeada pelo edital BNDES Fundo Cultural - Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro.

Em dezembro de 2022, o MASP recebeu o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento que atesta que o edifício foi adequado às normas de segurança contra incêndio. Em agosto de 2023, foi expedido o Alvará de Funcionamento do MASP pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura do Município de São Paulo.

O projeto MASP em expansão, que consiste na construção de um novo edifício, nomeado Pietro Maria Bardi, avançou muito em 2023. O prédio aumentará os espaços expositivos e de multiuso do museu, com estrutura apropriada para as mostras, os programas educativos e os serviços de restauro de obras, possibilitando ao público maior acesso à cultura.

Ao final do ano, o projeto entrou em uma nova etapa, marcada pela conclusão da etapa de deslocamento das redes de concessionárias, essencial para o início da efetiva construção da galeria subterrânea que interligará o atual edifício histórico, chamado Lina Bo Bardi, ao novo prédio. A galeria de interligação é parte fundamental do projeto por ser a única conexão entre os dois edifícios, criando um conjunto arquitetônico com funções e programação complementares e permitindo tanto o trânsito de visitantes quanto de obras, equipamentos e equipes técnicas, de modo fluido e protegido.

O ano de 2024 inaugura o ciclo expositivo Histórias da Diversidade LGBTQIA+, em que serão apresentadas uma série de atividades — exposições, cursos, palestras, oficinas, seminários e publicações — que propõem abordar e debater temas como o ativismo e a representatividade *queer* e os movimentos sociais LGBTQIA+ em conexão com a cultura visual e as práticas artísticas.

O programa do ano dá sequência às exposições dedicadas às Histórias no MASP, que acontecem desde 2016. A partir desse conceito, a série de 2024 propõe novas narrativas visuais sobre as Histórias da diversidade LGBTQIA+, trazendo uma multiplicidade de vozes no conjunto de artistas apresentados e de obras selecionadas para as exposições.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 4.849.643 (R\$ 2.000.271 em 2022). Em virtude da identificação e determinação do valor justo desses ativos recebidos em doação envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação, a Entidade não adota como prática contábil divulgar as obras de arte recebidas em doação por meio do valor justo, estando essas obras, exceto algumas obras que foram adquiridas pela Entidade, registradas por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. As práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem a mensuração e divulgação do valor justo de ativos recebidos em doação. A Entidade não nos apresentou até a data de conclusão dos nossos trabalhos a análise dos valores justos para os ativos que foram contabilizados por valor simbólico. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, as rubricas de acervo de obras de arte e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 seriam impactadas de forma positiva, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangentes e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não puderam ser determinados.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.




Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações de resultados

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais			
Receitas operacionais	19	62.614.404	54.102.555
Trabalho voluntário	3.n	<u>628.289</u>	<u>559.624</u>
Total das receitas das atividades		63.242.693	54.662.179
Despesas operacionais			
Custos e despesas de projetos e administrativas	20	(36.194.503)	(24.681.338)
Pessoal e encargos de projetos e administrativos	21	(18.733.869)	(16.117.816)
Depreciação e amortização		(2.535.388)	(2.008.255)
Despesas tributárias		(1.226.403)	(723.794)
Trabalho voluntário	3.n	<u>(628.289)</u>	<u>(559.624)</u>
Total das despesas das atividades		<u>(59.318.452)</u>	<u>(44.090.827)</u>
Resultado antes do resultado financeiro			
Despesas financeiras	22	(2.839.559)	(7.653.599)
Receitas financeiras	22	<u>3.895.572</u>	<u>5.695.851</u>
Resultado financeiro líquido	22	<u>1.056.013</u>	<u>(1.957.748)</u>
Superávit do exercício		<u><u>4.980.254</u></u>	<u><u>8.613.604</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos resultados abrangentes

(Em Reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	<u>4.980.254</u>	<u>8.613.604</u>
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	<u><u>4.980.254</u></u>	<u><u>8.613.604</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em Reais)

	Nota	Avaliação atribuída ao acervo	Fundo social	Fundo Patrimonial	Superávits Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		516.469	39.240.081	17.785.628	-	57.542.177
Superávit do exercício		-	-	-	8.613.604	8.613.604
Transferência do superávit para fundo patrimonial	9	-	-	2.013.890	(2.013.890)	-
Transferência do superávit acumulado para fundo social		-	6.599.714	-	(6.599.714)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		516.469	45.839.795	19.799.518	-	66.155.781
Superávit do exercício		-	-	-	4.980.254	4.980.254
Transferência do superávit para fundo patrimonial	9	-	-	1.352.458	(1.352.458)	-
Transferência do superávit acumulado para fundo social		-	3.627.796	-	(3.627.796)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		516.469	49.467.591	21.151.976	-	71.136.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		4.980.254	8.613.604
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		2.535.388	2.008.255
Baixa de imobilizado e intangível		102.336	2.552
Correção monetária de contas a pagar - negociações	15	(480.122)	884.830
Provisão para contingência	16	512.681	(75.284)
Constituição de obsolescência dos estoques		96.584	284.418
		<u>7.747.121</u>	<u>11.718.375</u>
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) / redução nos ativos em			
Estoque		(1.400.891)	(643.635)
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores		(1.156.445)	(137.156)
Depósitos judiciais		-	26.228
Aumento / (redução) nos passivos em			
Fornecedores		4.539.953	2.149.270
Obrigações trabalhistas		249.591	(81.149)
Projetos a executar, líquido de recursos vinculados a projetos		1.442.425	6.764.041
Contribuições e impostos correntes		124.744	127.234
Impostos parcelados		(682.622)	(575.671)
Pagamento de contas a pagar - negociações	15	(1.535.307)	(1.555.037)
Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"		65.995.939	30.892.657
Outras contas a pagar		158.323	48.372
		<u>75.482.831</u>	<u>48.733.529</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Doações de bens e direitos a apropriar	10 e 11	(77.481.420)	(41.047.100)
Aquisição de ativo intangível		(367.527)	-
		<u>(77.848.947)</u>	<u>(41.047.100)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aplicações em ativos financeiros (Fundo patrimonial)	9	(1.352.458)	(2.013.890)
		<u>(1.352.458)</u>	<u>(2.013.890)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos			
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(3.718.574)</u>	<u>5.672.539</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	6	26.782.798	21.110.259
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	6	23.064.224	26.782.798
		<u>(3.718.574)</u>	<u>5.672.539</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (“Entidade” ou “MASP”) é uma entidade privada com fins não econômicos, que abriga, conserva e valoriza o mais importante acervo de arte ocidental de todo o hemisfério sul. Este acervo, composto de mais de 8.000 obras clássicas e modernas, de reconhecida qualidade e inestimável valor, representa as principais correntes da arte universal, entre elas pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias, tapeçarias, vestuário, e outras importantes coleções. Foi considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade e parcialmente tombado em 1969, pelo Entidade do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, o que evidencia sua importância como um dos principais museus de arte do mundo.

Aberto ao público no dia 2 de outubro de 1947, ao longo destes quase 77 anos de existência, vem funcionando ininterruptamente, com exceção dos meses em que permaneceu temporariamente fechado por conta das medidas restritivas impostas pela pandemia de COVID-19, nos anos de 2020 e 2021. Desde 1968, localiza-se na Avenida Paulista em seu edifício que é um dos ícones de São Paulo, sendo um dos destinos turísticos mais importantes na cidade.

Em 2017, após um amplo processo colaborativo, entre conselheiros, diretores e colaboradores, o MASP lançou uma nova missão, que norteia suas atividades no longo prazo: O MASP, museu diverso, inclusivo e plural, tem a missão de estabelecer, de maneira crítica e criativa, diálogos entre passado e presente, culturas e territórios, a partir das artes visuais. Para tanto, deve ampliar, preservar, pesquisar e difundir seu acervo, bem como promover o encontro entre públicos e arte por meio de experiências transformadoras e acolhedoras.

Para a consecução de sua missão, o MASP poderá, especialmente mas não se limitando: (a) realizar exposições; (b) promover atividades e programas na área da educação; (c) realizar publicações; (d) promover itinerâncias; (e) promover programas de relacionamento; (f) conceder bolsas de estudo; (g) promover espetáculos, eventos e festas beneficentes; (h) explorar café, bar, restaurante, loja física e on-line, locação e cessão de espaços; (i) estabelecer parcerias e manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais. Todo o produto arrecadado pelas atividades promovidas pelo MASP será destinado à consecução de seus objetivos sociais.

O edifício do MASP é de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, que o cedeu ao museu de forma gratuita, pelo prazo de 40 anos, de conformidade com a Lei Municipal 15.685/13, por meio de Escritura Pública de Concessão Administrativa de Uso, lavrada em 18 de agosto de 2015.

O MASP oferece durante todo o ano uma variada programação para seus visitantes, com a exposição de longa duração do seu acervo e exposições temporárias de sua própria coleção e também de coleções provenientes de outras instituições culturais, promove visitas orientadas aos espaços expositivos para o visitante em geral e para grupos. Os dois auditórios existentes em seu edifício recebem diversificada programação de música clássica, espetáculos teatrais, palestras e debates. A Escola do MASP oferece cursos livres das mais variadas manifestações artísticas. Sua Biblioteca possui mais de 87 mil volumes, entre livros e revistas especializadas, dos quais mais de 32 mil catalogados e disponibilizados on-line/internet sendo, portanto, o mais importante conjunto brasileiro na área de história da arte internacional. Desde a sua fundação, o MASP tem como premissa o seu caráter educacional.

Seu fundo social é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 20 de março de 2024.

Adoção inicial do conjunto completo dos pronunciamentos contábeis

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são as primeiras apresentadas de acordo com o conjunto completo dos pronunciamentos contábeis (“CPC”) e as práticas contábeis definidas estão descritas na nota explicativa nº 3 de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em todos os períodos apresentados. A administração efetuou a avaliação das mudanças e não houve impacto, conforme nota 25.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquela utilizada pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as mesmas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, e sobre os julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas (que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras) estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.f - vida útil do ativo imobilizado;

- Nota 15 – mensuração de provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2023 a entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Entidade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Entidade considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- Pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Termos que limitam o acesso da Associação a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações de projetos.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar-negociações e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados nos projetos originados das leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos projetos e subvenção, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado com recursos próprios, livros e catálogos recebidos em consignação, artesanatos e outros produtos de revenda. Esses materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, líquidos da provisão para ajuste a valor de realização, não excedem os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o MASP registrou redução ao valor recuperável referente à rubrica de estoques, no montante de R\$ 540.211 e R\$ 636.795.

e. Acervo de obras de arte

Referem-se às obras de arte integrantes do acervo da Entidade que estão apresentadas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto cento e quarenta e uma obras que foram registradas a valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Microcomputadores e periféricos	5 anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Outros	10 anos

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

i. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Doações, patrocínios e subvenções

As doações e patrocínios incentivados e as subvenções recebidas pela Entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Entidade não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

k. Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são mensurados pelo valor histórico e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita de serviços e vendas

As principais receitas da Entidade são doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas com ou sem vínculo às Leis de Incentivo nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal (PRONAC, PROAC e PROMAC respectivamente), além de receitas de bilheteria, vendas de produtos da loja, Subvenção governamental e cessão de uso de espaços.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos quando aplicável, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Projetos incentivados	Para que a entidade possa ter acesso às Leis de Incentivo é necessário que seja realizado um plano de utilização das verbas detalhado (“Projeto”), o qual é encaminhado para análise em cada esfera de poder dependendo da Lei que está pleiteando, sendo Federal PRONAC, Estadual PROAC e Municipal PROMAC. Após a aprovação deste plano de utilização, a Entidade pode iniciar a captação de recursos. O núcleo de Relações Institucionais da Entidade realizado um trabalho junto às pessoas físicas e jurídicas para a captação de recursos de livre utilização pela Entidade (recursos de Verba Livre)	As receitas referentes à verba incentivada são reconhecidas no momento da utilização dos recursos, isto é, quando a despesa é efetivamente paga, realiza-se o reconhecimento da receita equivalente. Por se tratarem de recursos com destinação determinada, enquanto não forem utilizados, constarão no passivo da Entidade. As receitas são reconhecidas no momento que a verba é recebida (registros por competência)
Doações	Refere-se às receitas relacionadas à venda de ingressos para visitação ao Museu	Estas receitas são reconhecidas de acordo com a realização das vendas dos ingressos (registros por competência)
Gratuidade de bilheteria	Refere-se a venda efetiva dos produtos ofertados em nossas lojas físicas e on-line. Além dos produtos da linha MASP e publicações próprias, a loja também trabalha com publicações consignadas, produtos artesanais, dentre outros.	Estas receitas são reconhecidas de acordo com a realização das vendas (registros por competência)
Vendas de produtos	A Entidade recebe da Prefeitura do Município de São Paulo, uma verba de subvenção, a qual tem suas regras de utilização descritas nas Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores.	Esta receita é reconhecida no momento da utilização dos recursos, isto é, quando a despesa é efetivamente paga, realiza-se o reconhecimento da receita equivalente. Por se tratar de recurso com destinação determinada, enquanto não for utilizado, constará no passivo da Entidade
Subvenção para custeio	A Entidade realiza cessão de uso de espaço para espetáculos e eventos, podendo ser realizados no auditório MASP ou nos espaços do 1º Subsolo.	Esta receita é reconhecida no momento do recebimento da cessão de uso.
Cessão de uso e eventos		

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras próprias, descontos obtidos e variação monetária. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre impostos, multa e juros de obrigações liquidas pós vencimento, atualizações passivas sobre os acordos realizados com Telefônica-Vivo e Galeria Prestes Maia e variações monetárias.

n. Receita com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 o montante foi de R\$ 628.289 (R\$ 559.624 em 2022).

o. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e (iii) PIS (calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº9.532/97.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 23. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Entidade atingiu os gatilhos da Lei 11.638/07 para ser considerada sociedade de grande porte, e desta forma este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras do Grupo no qual todos os CPCs foram aplicados.

Não foram identificados ajustes contábeis em razão da adoção inicial do conjunto completo dos pronunciamentos contábeis aplicados sobre essas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Veja nota explicativa 25 para apresentação dos principais assuntos avaliados.

6 Caixa e equivalentes de Caixa

	2023	2022
Caixa	25.985	29.991
Bancos - conta corrente no exterior	10.513.553	8.499.158
Bancos - conta corrente no país	22.298	14.774
Aplicações financeiras - no país (a)	<u>12.502.388</u>	<u>18.238.875</u>
Total	<u>23.064.224</u>	<u>26.782.798</u>

(a) As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa e títulos públicos indexados à inflação, que obtiveram remuneração equivalente a 99,92% a 106,88% (100,00% a 113,57% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras são de curto e médio prazos, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2021 foi aprovada, por Assembleia, a criação do “Comitê de Investimentos”, composto por profissionais com larga experiência na indústria bancária, e responsável por avaliar oportunidades e elaborar propostas para a alocação do portfólio de investimentos do MASP. Dessa forma, todos os disponíveis, desde a criação do Comitê, seguem suas orientações de investimentos.

7 Recursos vinculados a projetos – “Incentivados e subvenção”

Recursos vinculados a projetos – “Incentivados e Subvenção”	2023	2022
Projetos PRONACs (a)	51.564.172	33.582.143
Outros Projetos e Subvenção	<u>1.274.255</u>	<u>2.825.262</u>
Total	<u>52.838.427</u>	<u>36.407.405</u>

Os recursos vinculados a projetos e subvenção referem-se aos recursos já recebidos pela Entidade e que somente poderão ser empregados em projetos específicos, de acordo com as regras da Lei Rouanet (Lei nº 8313/91 e alterações) e com as respectivas Entidades e ou patrocinadoras, e, no caso da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores. Tais recursos estão substancialmente aplicados em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI e em títulos compromissados, dentre as opções definidas pelas respectivas Leis de Incentivo, com rentabilidade entre 83,73% a 94,25% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (77,59% a 92,99% em 2022).

- (a) A aprovação dos projetos PRONACs pelo Ministério da Cultura habilitou o MASP a receber patrocínios e doações nos termos da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). Os referidos projetos consistem no custeio das despesas de manutenção dos objetivos estatutários do Museu, além do custeio das intervenções no prédio histórico a fim de garantir a continuidade dos trabalhos em sua preservação.

8 Recursos vinculados a projetos – “Projeto MASP em Expansão”

Recursos vinculados a projetos – “Projeto Masp em Expansão”	2023	2022
Bancos contas correntes no país: Projeto MASP em Expansão	2.743	181.128
Aplicações financeiras no país: Projeto MASP em Expansão (a)	<u>103.014.805</u>	<u>141.773.408</u>
Total	<u>103.017.548</u>	<u>141.954.536</u>

Demonstram-se nesta rubrica contábil os recursos exclusivamente privados que a Entidade possui em caixa com destinação específica para reforma do Edifício Pietro situado a Avenida Paulista, 1510 denominada “Projeto MASP em Expansão”.

- (a) As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa e títulos públicos indexados à inflação, que obtiveram remuneração equivalente a 99,92% a 106,88% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (100,00% a 113,57% em 2022).

9 Fundo Patrimonial

A Entidade instituiu, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 03 de abril de 2017, um Fundo Patrimonial com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social.

Este Fundo é regido e condicionado pelo Capítulo VII, Artigos 40 ao 45 do Estatuto Social da Entidade, onde observa-se que: o Fundo será constituído, essencialmente, por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especificamente para este fim; será administrado única e exclusivamente pela Diretoria Estatutária; não poderá ser resgatado os valores investidos ou de seus rendimentos até que o Fundo contenha em sua carteira um montante de R\$ 50.000.000 (Fase de Acumulação Primitiva), atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA ou qualquer índice que venha a substituí-lo, a partir de 1º de janeiro de 2020; a partir do momento em que o patrimônio do fundo exceder R\$ 50.000.000 acrescidos da atualização na forma acima referida, os rendimentos auferidos poderão ser destinados ao custeio das atividades do MASP.

De acordo com a Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 03 de abril de 2017, a Entidade se comprometeu em realizar uma destinação inicial de R\$ 1.000.000 e anualmente 5% das receitas operacionais auferidas até que o fundo atinja o patrimônio de R\$ 50.000.000.

A determinação das receitas operacionais foi realizada através da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 10 de abril de 2018. Assim entende-se como receitas operacionais a receita líquida apurada nas atividades operacionais do museu, sendo: bilheteria, venda de produtos, venda de serviços e cessão de uso e eventos.

Após a criação do “Comitê de Investimentos”, vide nota 5, a carteira de investimentos do Fundo Patrimonial, por se tratar de um montante para longo prazo, foi ampliada para Fundos Multimercados e de Ações Ibovespa, aquisição de Títulos Públicos. Além da tradicional renda fixa, (CDB-DI e aplicação automática), todos os investimentos estão no Banco Itaú S.A, representando em 31 de dezembro de 2023 um total de R\$ 21.151.976 (R\$ 19.799.517 em 2022).

O quadro abaixo demonstra os valores aportados anualmente no Fundo Patrimonial. Lembrando que a destinação de 5% das receitas operacionais referente ao exercício 2023 ocorrerá após a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício em questão.

	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Doações recebidas	14.012.566	20.000	14.032.566
Aporte MASP	2.476.623	507.418	2.984.041
Rendimentos financeiros	3.310.329	825.040	4.135.369
	<u>19.799.518</u>	<u>1.352.458</u>	<u>21.151.976</u>

10 Acervo de obras

O acervo é constituído pelo conjunto de obras de arte do MASP, quase todas recebidas por doações e refletidas contabilmente por um valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto por 141 obras, das quais 117 foram adquiridas entre 2010 e 2023, registradas pelo valor justo total de R\$ 1.345.561 e 24 obras recebidas como doação entre 2020 e 2023 no valor de R\$ 3.495.012. Ou seja, 9.070 obras estão lançadas a R\$ 1,00 cada, totalizando em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 4.849.643 (R\$ 2.000.271 em 2022).

Em virtude de a identificação do valor justo das obras de arte recebidas como doação para o museu envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação e de não ter como objetivo a comercialização das obras, a Entidade não tem adotado a prática de valorar estes ativos, estando apenas cento e quarenta e uma obras de arte a valor justo (valor de aquisição/doação) e as demais por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. Ressalta-se que, se essas obras de arte tivessem sido registradas pelos seus respectivos valores justos, o patrimônio líquido da Entidade se mostraria mais positivo.

São mantidos registros de controle atualizados de todas as obras de arte do acervo, segundo normas estabelecidas pelo MASP, observando critérios adotados internacionalmente.

11 Imobilizado

Os quadros abaixo demonstram as movimentações do imobilizado:

Movimentação imobilizado em 2023

Descrição custo	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	1.555.038	361.691	(3.168)	1.913.561
Máquinas e equipamentos	7.038.255	276.333	(49.693)	7.264.895
Computadores e periféricos	1.751.223	351.677	(31.357)	2.071.543
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	31.642.033	3.433.843	-	35.075.876
Imobilizado em andamento (a)	78.745.144	70.206.198	(71.149)	148.880.193
Outros	62.930	2.306	(3.087)	62.149
Total do custo	120.794.623	74.632.048	(158.454)	195.268.217
Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(578.608)	(152.656)	3.168	(728.096)
Máquinas e equipamentos	(2.337.000)	(663.925)	18.508	(2.982.417)
Microcomputadores e periféricos	(1.171.566)	(245.403)	31.356	(1.385.613)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(20.370.277)	(1.429.474)	-	(21.799.750)
Outros	(8.189)	(758)	3.087	(5.860)
Total da depreciação	(24.465.639)	(2.492.216)	56.119	(26.901.736)
Saldo líquido	96.328.984	72.139.832	-102.335	168.366.481

Movimentação imobilizado em 2022

Descrição custo	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Móveis e utensílios	1.349.230	205.951	(144)	1.555.038
Máquinas e equipamentos	6.529.150	511.063	(1.958)	7.038.255
Microcomputadores e periféricos	1.610.645	174.035	(33.456)	1.751.224
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	25.552.050	6.089.983	-	31.642.033
Imobilizado em andamento (a)	44.926.785	33.818.359	-	78.745.144
Outros	62.930	-	-	62.930
Total do custo	80.030.790	40.799.391	(35.558)	120.794.623
Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(445.289)	(133.463)	144	(578.608)
Máquinas e equipamentos	(1.685.354)	(653.604)	1.958	(2.337.000)
Microcomputadores e periféricos	(992.334)	(210.136)	30.905	(1.171.566)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(19.400.488)	(969.790)	-	(20.370.277)
Outros	(7.565)	(623)	-	(8.189)
Total da depreciação	(22.531.030)	(1.967.616)	33.007	(24.465.639)
Saldo líquido	57.499.760	38.831.775	(2.552)	96.328.984

- (a) Referem-se em sua grande maioria à aquisição e reforma do Edifício Pietro, situado à Av. Paulista, 1510. Os recursos foram empenhados conforme abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas/ Estornos	Saldo em 31/12/2023
Projeto “Anexo MASP” realizado até 2013 (i)	30.672.158	-	-	30.672.158
Projeto MASP em Expansão iniciado em 2021 (ii)	42.624.071	73.524.130	-	116.148.201
Projeto MASP em Expansão – adiantamentos à fornecedores	5.377.765	2.027.588	(5.377.765)	2.027.588
	<u>78.673.994</u>	<u>75.551.718(iv)</u>	<u>(5.377.765)</u>	<u>148.847.947</u>
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas/ Estornos	Saldo em 31/12/2022
Projeto “Anexo MASP” realizado até 2013 (i)	30.672.158	-	-	30.672.158
Projeto MASP em Expansão iniciado em 2021 (ii)	12.211.520	30.412.551	-	42.624.071
Projeto MASP em Expansão – adiantamentos à fornecedores	2.043.107	5.377.765	(2.043.107)	5.377.765
	<u>44.926.785</u>	<u>35.790.316(iii)</u>	<u>(2.043.107)</u>	<u>78.673.994</u>

- (i) Refere-se a aquisição em 2005 e primeiras benfeitorias realizadas até 2013 referentes ao Edifício Pietro situado à Avenida Paulista 1510.
- (ii) Refere-se a reforma do Edifício Pietro situado à Avenida Paulista, 1510, iniciada em 2021 com recursos advindos do projeto “MASP em Expansão” com previsão para sua conclusão em 2024, veja nota explicativa 17.
- (b) Em 2023, deu-se continuidade às intervenções no Museu, incluindo adequação às normas de segurança e reforma da fachada.

12 Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Provisão para férias	999.661	821.174
Provisão para encargos sociais sobre férias	329.795	271.920
INSS a recolher	257.866	239.670
IRRF a recolher	116.777	125.241
FGTS a recolher	81.713	78.216
Total	<u>1.785.812</u>	<u>1.536.221</u>

13 Impostos parcelados

	2023	2022
Débitos previdenciários (a)	1.925.569	2.294.216
Demais débitos	<u>3.257.720</u>	<u>3.571.695</u>
Total contribuições e impostos parcelados	<u>5.183.289</u>	<u>5.865.911</u>

Circulante	1.115.949	1.039.404
Não circulante	4.067.340	4.826.507

Cronograma de vencimento	2024	2025	2026 em diante	Total
Débitos previdenciários	538.238	538.238	849.093	1.925.569
Demais débitos	<u>577.710</u>	<u>577.711</u>	<u>2.102.299</u>	<u>3.257.720</u>
Total	<u>1.115.949</u>	<u>1.115.949</u>	<u>2.951.391</u>	<u>5.183.289</u>

Em agosto de 2014 o MASP aderiu ao parcelamento federal previsto pela Lei 12.996/2014, com possibilidade de pagamento em até 180 vezes e redução de multas e juros, no qual foi consolidado em 2016.

a. Histórico da dívida previdenciária

No ano 2000 a Entidade foi autuada devido ao não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários, no período de janeiro de 1995 a novembro de 2000 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, em decorrência do não atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55, incisos I e II (obtenção ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), da Lei nº 8.212/91, regulamentado no artigo 206, incisos I e II, do Regulamento da Previdência Social.

Em 2001, a Entidade efetuou o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

Em outubro de 2006, a Entidade apresentou impugnação às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito emitidas pelo Entidade Nacional da Previdência Social.

Em setembro de 2008, a Entidade obteve sentença favorável, em 1ª instância, aos embargos à execução fiscal.

Em outubro de 2009, a 21ª Vara Cível Federal de São Paulo concedeu de forma retroativa a imunidade tributária relativa ao recolhimento das contribuições sociais.

Em 2010 a Receita Federal do Brasil, agência de Fiscalização em São Paulo, lavrou Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no montante de R\$ 4.192.810, relacionadas também com o não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários e contribuições para terceiros, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2008 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, sendo que os consultores jurídicos que estão acompanhando a defesa indicavam como possível as chances de perda na referida questão.

Em 2013 houve sentença favorável à Entidade relacionada às notificações fiscais de débitos lavradas no ano de 2000, julgando extinta aquela execução fiscal, remetendo os referidos autos para arquivamento.

Em 29 de julho de 2014 a Entidade recebeu dois autos de infração, no montante de R\$ 5.332.309 relacionados à mesma questão, abrangendo o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012.

Com relação ao ano de 2009, até a presente data não houve autuação fiscal, sendo certo que a jurisprudência é amplamente favorável ao contribuinte, no sentido de que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de 05 (cinco) anos.

Em 4 abril de 2014, foi publicada uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, enfatizando que somente farão jus ao benefício de imunidade, as entidades que preencherem cumulativamente os requisitos de que trata o Art.55 da lei 8.212/91 em sua redação original. A administração da Entidade tendo em vista os autos de infração recebidos, e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos chegou à conclusão que as chances de êxito são baixas e que seria aconselhável desistir da ação e partir para a adesão ao parcelamento visando a redução de multas e juros pela homologação do pedido.

Em 18 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996, que em seu artigo 2º reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS até 25 de agosto de 2014, com parcelamentos em até 180 vezes e reduções das multas e juros.

O MASP entrou com o pedido de parcelamento dos saldos autuados em 2010, referente aos exercícios de 2005 a 2008 e os valores autuados em 2014 referente aos exercícios de 2010 a 2012, além dos saldos de 2013 do INSS Patronal não autuados. Esse pedido foi aprovado e consolidado em setembro de 2016.

14 Projetos a executar

	2023	2022
Projetos a executar (a)	<u>53.030.833</u>	<u>36.022.006</u>
Total projetos a executar	<u>53.030.833</u>	<u>36.022.006</u>

- (a) Estão representados em sua maioria por valores recebidos e ainda não empenhados, decorrentes de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e determinados pela Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades nas rubricas de receitas com projetos incentivados e receitas com plano anual, assim como os custos incorridos que estão apresentados em despesas das atividades nas rubricas de custos com projetos incentivados e custos com plano anual.

A seguir apresentamos os projetos e patrocínios a executar no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 22.612.047 em 2023 (R\$ 25.536.012 em 2022), sendo R\$ 3.065.675 com verba da Subvenção (conforme nota explicativa nº19 item “b”) e R\$ 19.546.373 com projetos do PRONAC, PROMAC e PROAC, podendo ser assim compostos:

*Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022*

Descrição Custo	Saldos em 01/01/2023	Transferência	Devoluções	Baixas	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisição Imobilizado	Saldos em 31/12/2023
PRONAC 2021	1.478.272	(1.475.581)	-	-	-	6.149	(5.912)	-	2.928
PRONAC BNDES	6.446.740	-	-	-	-	671.676	(571.425)	(2.471.411)	4.075.580
PRONAC 2023	2.597.734	1.475.581	-	-	9.483.000	518.168	(13.383.270)	-	691.213
PRONAC PATRIMONIO BIANUAL	18.644.980	-	-	-	-	1.885.710	(357.816)	-	20.172.874
PRONAC GAUGUIN	3.952.417	(434.252)	-	-	-	254.727	(3.772.893)	-	(1)
PRONAC BIANUAL 24/25	-	434.252	-	-	12.702.845	18.781	(9)	-	13.155.869
PRONAC HIST INDIGENAS	-	-	-	-	4.506.362	83.409	(10.442)	-	4.579.329
PRONAC PORTICOS	-	-	-	-	9.000.000	32.604	-	-	9.032.604
PROAC 2022/2023	882.758	-	(101)	-	-	13.355	(896.129)	-	(117)
PROMAC 2020	565.826	-	-	-	-	33.822	(548.478)	-	51.170
Subtotal Projetos	34.568.727	-	(101)	-	35.692.207	3.518.401	(19.546.374)	(2.471.411)	51.761.449
SUBVENÇÃO 2021	207	-	-	-	-	-	-	-	207
SUBVENÇÃO 2022	1.453.072	-	-	-	-	10.669	(1.463.740)	-	1
SUBVENÇÃO 2023	-	-	-	-	2.857.628	13.483	(1.601.935)	-	1.269.176
Subtotal Subvenção	1.453.279	-	-	-	2.857.628	24.152	(3.065.675)	-	1.269.384
Saldo total projetos e subvenção	36.022.006	-	(101)	-	38.549.835	3.542.553	(22.612.049)	(2.471.411)	53.030.833

*Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022*

Descrição Custo	Saldos em 31/12/2021	Transferência	Devoluções	Baixas	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisição Imobilizado	Saldos em 31/12/2022
PRONAC 2021	22.388.067	-	(90.180)	-	-	1.278.083	(21.281.734)	(815.964)	1.478.272
PRONAC BNDES	6.827.802	-	-	-	5.054.862	627.694	(121.294)	(5.942.324)	6.446.740
PRONAC 2023	-	-	-	-	2.593.000	4.734	-	-	2.597.734
PRONAC PATRIMONIO BIANUAL	-	-	-	-	18.604.164	40.816	-	-	18.644.980
PRONAC GAUGUIN	-	-	-	-	3.949.999	2.418	-	-	3.952.417
PROAC 2020	132.992	-	(9.031)	-	-	3.018	(126.979)	-	-
PROAC 2022/2023	-	-	-	-	1.886.344	47.180	(1.040.808)	(9.958)	882.758
PROMAC 2020	976.507	-	-	-	-	86.613	(497.294)	-	565.826
Subtotal Projetos	30.325.368	-	(99.211)	-	32.088.369	2.090.556	(23.068.109)	(6.768.246)	34.568.727
SUBVENÇÃO 2021	1.318.717	-	-	-	-	3.304	(1.321.814)	-	207
SUBVENÇÃO 2022	-	-	-	-	2.596.408	2.753	(1.146.089)	-	1.453.071
Subtotal Subvenção	1.318.717	-	-	-	2.596.408	6.057	(2.467.903)	-	1.453.279
Saldo total projetos e subvenção	31.644.085	-	(99.211)	-	34.684.777	2.096.613	(25.536.012)	(6.768.246)	36.022.006

Os valores demonstrados como consumo dos projetos, com exceção da Subvenção, isto é o montante de R\$ 19.546.373, somado as depreciações dos imobilizados adquiridos por verba incentivada, R\$ 1.606.791, resultam no total de receitas e despesas das rubricas dos projetos R\$ 21.153.164 em 31 de dezembro de 2023.

(*) Abertura dos custos correspondente aos projetos PRONAC, PROAC e PROMAC:

	2023			2022		
	Plano Anual	Outros	Total	Plano Anual	Outros	Total
Pessoal e encargos	8.689.715	-	8.689.715	6.794.856	-	6.794.856
Utilidades	877.310	-	877.310	1.687.885	-	1.687.885
Gerais e administrativas	241.671	2.252.891	2.494.562	5.023.604	842.238	5.865.842
Serviços profissionais	3.580.495	3.564.108	7.144.603	4.689.509	799.064	5.488.573
Serviços Gerais	-	-	0	2.230.491	-	2.230.491
Manutenção predial	-	340.185	340.185	855.388	145073	1.000.461
	13.389.190	6.157.183	19.546.374	21.281.733	1.786.375	23.068.108

15 Contas a pagar - Negociações e Patrocínios a realizar

No exercício de 2015, foi realizado um acordo com um dos patrocinadores do projeto “Anexo - Masp”. Foi constituída uma provisão a pagar junto a Vivo - Telefônica de R\$ 24.327.059, sendo que R\$ 14.000.000 foram apropriados por meio de patrocínios a incorrer durante o prazo de 05 anos e o valor de R\$ 10.327.059 são corrigidos mensalmente pela taxa IGPM/FGV e pagos trimestralmente em 80 parcelas de R\$ 129.000.

Em 27 de novembro de 2018 foi homologado um acordo referente a ação movida pelo Município de São Paulo sobre a Reintegração de Posse da Galeria Prestes Maia, processo nº 0008438-41.2009.8.26.0053, no montante de R\$ 1.521.456, que está sendo pago em 60 parcelas de R\$ 25.358 atualizadas mensalmente pelo IPCA-IBGE acrescido de 1% de juros. Este acordo foi finalizado em 13/11/2023 quando a entidade realizou o pagamento de sua última parcela.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de contas a pagar negociações era de R\$ 11.962.158 (R\$ 13.977.586 em 2022) conforme movimentação apresentada abaixo:

Movimentação - Contas a pagar negociações

Saldo em 1º de janeiro de 2022	14.647.794
(+) atualizações	884.830
(-) pagamentos realizados	<u>(1.555.037)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2022	<u>13.977.586</u>
(+) atualizações	(480.122)
(-) pagamentos realizados	<u>(1.535.307)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2023	<u>11.962.158</u>
Circulante	976.503
Não circulante	10.985.655

16 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a demanda judicial provisionada está apresentada da seguinte forma:

Natureza	2023		2022	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Trabalhista	283.259	-	6.641	-
Cível	<u>236.063</u>	-	-	-
Saldo	<u>519.322</u>	-	<u>6.641</u>	-

Conforme apresentado, com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Entidade possui no exercício de 2023 um saldo de provisão no montante de R\$ 519.322 (R\$ 6.641 em 2022) e nenhum depósito judicial, valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas.

- Perdas Possíveis: existiam reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 25.109.410 (R\$ 29.465.375 em 2022), que foram classificados pelos assessores jurídicos da Entidade como de risco de perda possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Destes valores, não se verificou ações de polo ativo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.719.787 em 2022) demonstradas abaixo no item Mandado de segurança.
- Ação civil pública: Do montante apresentado acima com probabilidade possível de perda, R\$ 16.667.315 (R\$ 16.159.939 em 2022), refere-se a uma ação civil pública recebida pela Entidade em dezembro de 2018, ajuizada pela Associação Preserva São Paulo, visando a restauração da fachada do edifício, situado à Avenida Paulista 1510. O processo pleiteia: (i) condenação dos patrocinadores (BV, Petrobrás, Vale e Votorantim) do projeto “Anexo MASP”, a restituir o dobro do valor aportado; (ii) condenação do MASP, VIVO, Julio Neves e João Vicente à obrigação de fazer a restauração das características arquitetônicas do edifício; e (iii) condenação ao pagamento de dano moral coletivo. Em julho de 2023, A Associação Preserva São Paulo, apresentou petição requerendo a extinção do feito em razão de perda superveniente de interesse processual, os advogados responsáveis pelo caso, peticionaram concordando com o requerimento da parte autora.
- Exposição Temporária: Trata-se de Auto de Infração com exigência de multa regulamentar, sob o fundamento de que o MASP teria descumprido o prazo determinado no âmbito do Processo Administrativo nº 10814.006052/2009-15, o qual envolveu a exportação temporária de um conjunto de 22 obras de arte objeto da Declaração Simplificada de Exportação n. 011 de 14/01/2008.
- O MASP apresentou impugnação em razão do indeferimento do pedido de extensão de prazo da exportação temporária do conjunto de obras que estavam em itinerância no exterior. A Delegacia de Julgamento não conheceu o recurso alegando intempestividade, mantendo a multa aplicada no valor de 5% do valor das obras.
- Diante disso, o MASP interpôs Recurso Voluntário para que seja reconhecida a tempestividade da Impugnação, determinando o retorno do processo à origem para julgamento do mérito e, subsidiariamente, para que seja cancelada a exigência do débito em razão da (i) nulidade do lançamento e (ii) prescrição do crédito tributário.
- Houve inclusão indevida no CADIN do crédito tributário discutido nos presentes autos, dessa forma foi apresentada petição requerendo a suspensão da exigibilidade do crédito, a fim de que: (i) seja evitado a imposição de cobranças indevidas; (ii) não resulte em quaisquer óbices à renovação da CND/CPEN da Requerente e, (iii) não enseje a sua inclusão no CADIN. Foi deferida a suspensão da exigibilidade do crédito, na origem, excluindo-o do CADIN. Posteriormente, o processo retornou ao CARF para julgamento do Recurso Voluntário. Atualmente, aguarda-se a distribuição do processo para a turma e designação do conselheiro como relator, o valor em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 3.662.546 (R\$ 3.461.274 em 2022).

- Mandado de segurança: além dos processos mencionados acima, a Entidade possui um mandado de segurança para o não recolhimento de taxas de armazenamento de obras de arte. Em 2018 houve uma alteração na interpretação dos contratos das concessionárias de aeroportos, as taxas de armazenagem de obras de arte passaram a ser calculadas pelo valor da obra, e não mais pelo peso como eram considerados anteriormente. A Entidade recebe obras de artes em comodato, de diversos museus do mundo, para a realização de exposições temporárias. A Entidade possui mandados de segurança com pedido de liminar aceito para o não recolhimento das taxas. O valor correspondente ao não recolhimento é de R\$ 4.719.787 em 31 de dezembro de 2022 os assessores jurídicos da Entidade classificaram como possível a probabilidade de perda. Atualmente estes processos estão em vias de arquivamento.
- Os demais processos perfazem o montante R\$ 4.779.548 (R\$ 5.124.375 em 2022).

A seguir apresentamos as movimentações das provisões de contingências e depósitos judiciais:

Provisões para processos trabalhistas

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Masp pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As causas trabalhistas classificadas como prováveis foram provisionadas, conforme demonstrado:

	2023		2022	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	6.641	-	81.925	26.228
Constituição	512.681	-	5.752	43.612
Reversão por baixa	-	-	(81.036)	-
Saldos finais	<u>519.322</u>	<u>-</u>	<u>6.641</u>	<u>69.840</u>

17 Recursos condicionados - “Projeto MASP em Expansão”

	2023	2022
Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão" a executar	95.042.979	138.157.982
Recursos empenhados – ativo imobilizado em andamento – (nota explicativa 11.a)	<u>118.175.790</u>	<u>48.001.836</u>
Total Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"	213.218.769	186.159.818
Passivo circulante	95.042.979	138.157.982
Passivo não circulante	118.175.790	48.001.836

Demonstram-se nesta rubrica contábil os recursos exclusivamente privados recebidos com destinação específica para reforma do Edifício Pietro situado à Avenida Paulista, 1510, denominada “Projeto MASP em Expansão”, oriundos de recursos condicionais, isto é, valores destinados especificamente para este fim, e também de receitas financeiras líquidas originárias das aplicações realizadas com este montante. Os recursos mencionados totalizaram, em 31 de dezembro de 2023 R\$ 213.218.769 (R\$ 186.159.819 em 2022), sendo R\$ 186.840.853 (R\$ 169.849.873 em 2022) recursos transferidos e R\$ 26.353.345 (R\$ 14.187.662 em 2022) rendimentos líquidos de aplicações financeiras.

Até 31 de dezembro de 2023 utilizou-se o montante de R\$ 118.175.790 (R\$ 48.001.836 em 2022) para obra do “Projeto MASP em Expansão”.

18 Patrimônio líquido

As receitas, decorrentes de doações patrimoniais, recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. As receitas decorrentes de contribuições para custeio estão refletidas em contas de resultado.

Em caso de dissolução da Entidade, o seu patrimônio líquido (acervo) passará ao Governo do Estado de São Paulo, que o destinará à Pinacoteca do Estado de São Paulo ou, na sua falta, a instituições congêneres.

- **Fundo Social:** é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.
- **Fundo patrimonial:** foi constituído em 2017 com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira a médio e a longo prazo, e também perpetuar e proteger o patrimônio do MASP. Constituído essencialmente por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especialmente para este fim, em 31 de dezembro a Administração aprovou a alocação de recursos recebidos e rendimentos no montante de R\$ 1.352.458 (R\$ 2.013.890 em 2022) para o Fundo Patrimonial.

19 Receitas operacionais

	2023	2022
Projetos Incentivados (vide nota 13)	21.153.164	24.201.795
Doações (a)	20.393.465	16.929.900
Bilheteria	9.252.141	6.141.886
Gratuidade de Bilheteria	14.140.673	8.974.748
Subvenção para custeio (b)	3.065.675	2.467.903
Venda de Produtos	2.519.708	1.939.473
Cessão de uso e eventos	2.135.964	1.599.011
Venda de Serviços	1.209.043	468.006
Diversas	2.885.244	354.581
Subtotal receitas operacionais	76.755.077	63.077.303
Gratuidades concedidas:		
Gratuidade de Bilheteria	(14.140.673)	(8.974.748)
Receitas operacionais	62.614.404	54.102.555

- (a) Em 2023, do total de doações recebidos pela Entidade, o montante de R\$ 20.000 (R\$ 30.000 em 2022) foi recebido com o objetivo de contribuir com o Fundo Patrimonial, que tem por objetivo garantir a sustentabilidade e a consecução do objeto social, da Entidade vide nota explicativa nº 8.
- (b) Os valores recebidos para custeio, através da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores, foram empregados pela Entidade da seguinte maneira:

	2023	2022
Pessoal e encargos	(2.072.743)	(1.819.629)
Seguro saúde	(217.849)	(159.702)
Outros	<u>(775.083)</u>	<u>(488.572)</u>
	<u>(3.065.675)</u>	<u>(2.467.903)</u>

Conforme nota 13, o valor de R\$ 3.065.675 refere-se ao total de gastos incorridos em 2023. Porém, referem-se às verbas recebidas em 2022 e 2023. Os valores recebidos em 2022, empregados pela Entidade em janeiro e fevereiro de 2023 foram de R\$ 1.463.740, e os valores recebidos em 2023, empregados em dezembro do mesmo ano foram de R\$ 1.601.935.

20 Custos e despesas de projetos e administrativas

	2023	2022
Serviços Profissionais (a)	(15.070.572)	(7.809.612)
Despesas gerais e administrativas (a)	(11.779.868)	(9.041.716)
Serviços Gerais	(2.833.901)	(2.512.995)
Despesas com utilidades públicas	(2.700.791)	(2.631.846)
Manutenção Predial	(1.256.502)	(1.345.376)
Despesas com contingência/ reversão de contingência	(472.082)	9.464
Outros	<u>(2.080.789)</u>	<u>(1.349.257)</u>
Total	<u>(36.194.503)</u>	<u>(24.681.338)</u>
Custos e despesas de projetos	(10.856.659)	(14.486.878)
Custos e despesas administrativas	(25.337.844)	(10.194.460)

- (a) Identificou-se um aumento significativo nas despesas de 2022 para 2023 por conta da retomada de uma agenda expositiva mais robusta com, por exemplo, exposições internacionais.

21 Pessoal e encargos de projetos e administrativos

	2023	2022
Salários	(8.365.002)	(7.500.983)
INSS	(2.386.348)	(2.174.662)
Provisões de férias e 13º salários	(1.701.357)	(1.520.832)
Assistência médica	(2.615.521)	(1.896.654)
Vale refeição	(1.580.070)	(1.411.224)
FGTS	(724.595)	(683.902)
Indenizações	(412.559)	(229.318)
Horas Extras	(226.831)	(145.343)
Outras	<u>(721.586)</u>	<u>(554.898)</u>
Total	<u>(18.733.869)</u>	<u>(16.117.816)</u>
Custos e despesas de projetos	(8.689.715)	(6.794.856)
Custos e despesas administrativas	(10.044.154)	(9.322.960)

22 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros passivos	(446.471)	(1.321.222)
Variações monetárias passivas	(1.840.145)	(3.398.843)
Despesas de tarifas bancárias	(109.635)	(204.081)
Outras despesas financeiras	(443.308)	(620.346)
Atualização CDI Projeto “MASP em Expansão” (b)	-	(2.109.107)
Total	(2.839.559)	(7.653.599)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	1.224.146	2.311.004
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	2.145.465	3.327.987
Juros ativos (a)	515.299	-
Outras receitas financeiras	10.662	56.860
Total	3.895.572	5.695.851
Resultado financeiro líquido	1.056.013	(1.957.748)

- (a) Refere-se substancialmente a atualização monetária do contas a pagar por negociação (nota 14).
- (b) Refere-se ao valor da remuneração equivalente a 100% do CDI realizada sobre o montante das doações recebidas em dólares para o Projeto “MASP em Expansão”, o qual a administração optou por manter no Banco do Brasil New York até 15 de dezembro de 2022.

23 Partes relacionadas

A Entidade não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e a Diretoria Estatutária e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Entidade.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Riscos de crédito e de liquidez:

- Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

Exposição a risco de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A Política de Gestão Financeira e Riscos corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzi-los em relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade.

A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco de crédito.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	23.064.224	26.782.798
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	21.151.976	19.799.517
Total	44.216.200	46.582.315

- Ativos financeiros – A entidade possui um Fundo Patrimonial, o qual foi criado através de ata, com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social. O valor destinado ao fundo é aplicado em carteira de investimentos multimercado, ações Ibovespa, títulos públicos e renda fixa.
- Risco de liquidez é o risco que avalia se a Entidade encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou algum risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Os saldos do ativo circulante 31 de dezembro de 2023 superam o valor de passivo circulante em R\$ 21.730.042 (R\$ 23.784.302 em 2022).

b. Estimativa do valor justo

A Entidade divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que o definem, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

b.1 Valor justo versus valor contábil

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	Nota	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	6	23.064.224	23.064.224	26.782.798	26.782.798
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	9	21.151.976	21.151.976	19.799.517	19.799.517
		46.216.200	46.216.200	46.582.315	46.582.315

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores	<u>(10.270.413)</u>	<u>(10.270.413)</u>	<u>(5.730.460)</u>	<u>(5.730.460)</u>
	(10.270.413)	(10.270.413)	(5.730.460)	(5.730.460)

b.2 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros, exceto o caixa e equivalente de caixa que é qualificado no nível 1, são registrados ou divulgados pelo valor justo mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

25 Explicação dos principais efeitos da adoção do BR GAAP

A Entidade adotou o conjunto completo dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CFC, conforme Nota Explicativa 5, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de acordo com o conjunto completo dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CFC, a Entidade não identificou ajustes nos valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas.

DocuSigned by:

Heitor Sant'anna Martins

B988012C1B90448...

Heitor Sant'anna Martins
Diretor Presidente

DocuSigned by:

Marcelo Santos Ribeiro

3222E5DDA04847A...

Marcelo Santos Ribeiro
Diretor Financeiro e Operações

DocuSigned by:

Marina Kolm Sgnotto

F02ED8C239BF476...

Marina Kolm Sgnotto
Contadora - CRC SP 242422/O-2